

**“I KNOW IT’S NOT NORMAL FOR PEOPLE IN THIS WORLD TO BE HAPPY,
AND I’M HAPPY”: TENSÕES E TORÇÕES FEMINISTAS E QUEER EM
RUBYFRUIT JUNGLE, DE RITA MAE BROWN**

Ruan Nunes Silva¹

RESUMO: O presente trabalho pretende sublinhar os terrenos comuns nos quais operam as discussões teóricas feministas e *queer*, sugerindo uma possível interpelação de ambos. A partir da compreensão que há possibilidades de investigações teóricas entre os feminismos e a teoria *queer*, sinaliza-se que questões de gênero e de sexualidade são centrais para a análise do romance de estreia de Rita Mae Brown, *Rubyfruit Jungle*. O estudo sinaliza que, embora lido como um romance lésbico, a obra já trazia à tona nos anos 1970 possibilidades teóricas que só seriam tematizadas com o advento da teoria *queer* anos mais tarde. Considerando as contribuições teóricas de Butler (2015, 2019), Miskolci (2016), Rubin (2016, 2017) entre outros, argumenta-se que uma análise política do romance, englobando teorias feministas e *queer*, é não só possível, mas também sintomática de novas possibilidades de expansão dos campos investigativos.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria *queer*; Feminismos; Gênero; Sexualidade; *Rubyfruit Jungle*.

**“I KNOW IT’S NOT NORMAL FOR PEOPLE IN THIS WORLD TO BE HAPPY,
AND I’M HAPPY”: FEMINIST AND QUEER TENSIONS AND TWISTS IN
RITA MAE BROWN’S *RUBYFRUIT JUNGLE***

ABSTRACT: This study aims to highlight the common ground in which feminist and queer theoretical discussions take place, suggesting a likely interpellation of both. Departing from an understanding that there are possible theoretical investigations between feminisms and queer theory, it is noted that questions of gender and sexuality are central in the analysis of Rita Mae Brown’s debut novel, *Rubyfruit Jungle*. This investigation emphasizes that, despite being read as a lesbian work, Brown’s novel brought to light in the 1970s theoretical possibilities which would only be discussed with the development of queer theory much later. Taking into consideration the contributions of Butler (2015, 2019), Miskolci (2016), Rubin (2016, 2017) and others, it is argued that a political analysis of the novel, embracing feminist and queer theories, is not only possible, but also symptomatic of new possibilities of the expansion of investigative fields.

KEYWORDS: Queer theory; Feminisms; Gender; Sexuality; *Rubyfruit Jungle*.

Considerações iniciais

A teoria *queer* é herdeira de discussões pós-estruturalistas e pós-modernas nas quais temas como identidade, gênero e sexualidade têm sido colocados não apenas em pauta, mas principalmente em xeque. Reconhecer que tais temas são produções de

¹ Doutorando em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense e mestre em Letras (Literaturas de Língua Inglesa) pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professor assistente de Língua Inglesa e respectivas literaturas na Universidade Estadual do Piauí, Campus Parnaíba. E-mail: ruan.nunes@hotmail.com

discursos institucionais é uma prática que permite revelar que não há formas naturais de ser ou existir. Em outras palavras, as oposições binárias – homem/mulher, eu/outro, heterossexual/homossexual – são construções produzidas e mantidas na estrutura social com o intuito de estabelecer uma (falsa) sensação de fixidez e solidez. Dessa forma, reconheço desde já a importância das posições críticas da teoria *queer* para explorar os “valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha de abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo.” (MISKOLCI, 2016, p. 25)

Contudo, não é possível pensar a historiografia da teoria *queer* sem destacar elementos cruciais das discussões feministas que antecederam a formação teórica da primeira. Os feminismos foram e são passos que dialogam, nem sempre de maneira pacífica ou harmônica, com as teorizações *queer*. É essencial que se reconheça o valor multifário e multifacetado dos feminismos, afinal, há divisões históricas que visam dividir as preocupações teóricas, mas também há desacordos entre as leituras temáticas.

Compreendendo que tais tensões e torções teóricas produzem novas formas de pensar e proponho aqui discutir o romance de estreia de Rita Mae Brown, *Rubyfruit Jungle*, à luz desses interstícios teóricos feministas e *queer*. A intenção é destacar que, com propostas e focos distintos, as teorias supracitadas podem enriquecer as leituras literárias, evitando uma essencialização de cada espaço teórico.

Tensões e torções feministas e *queer*

Tanto os feminismos quanto a teoria *queer* buscam desestabilizar determinadas narrativas hegemônicas que eram – e, infelizmente, ainda são – lidas como elementos da natureza. Exemplos dessas narrativas são as noções de que homens seriam superiores às mulheres por questões biológicas, de que mulheres seriam naturalmente mais inclinadas às tarefas domésticas, de que sujeitos LGBTQ+ são pessoas que passam por fases, de que a sexualidade seria algo natural e definida exclusivamente por nossos aparelhos reprodutores. São falas e pensamentos como esses que revelam que a sociedade ainda é bombardeada por formas hierárquicas de existência. Questionar essas percepções se torna tarefa crítica e parte do projeto dos estudos literários contemporâneos.

Os feminismos, desde a sua primeira onda, têm buscado descortinar as construções sobre a noção de mulher, pluralizando o termo e reconhecendo que uma única definição jamais seria suficiente para representar politicamente o caráter múltiplo das diversas mulheres atravessadas por questões de raça, classe e sexualidade. Expandindo a discussão sobre mulheres cis e trans a partir dos anos 1980 e pautando as sexualidades como território de tensão, a teoria *queer* se consolida como uma leitura dos elementos anteriores à luz do questionamento da heteronormatividade.

A teoria *queer* elege a heteronormatividade como objeto de análise e interroga as estruturas que sustentam determinadas formas de controle as quais estão/são baseadas

na heterossexualidade. Ao revelar que religião, casamento, educação, estética, moda e outros discursos não são formas “normais” de existir, no sentido de que existe algo de natural e inato por trás, a teoria *queer* dialoga profundamente com questionamentos feministas também. Caso se compreenda que as ditas formas naturais de existir são, na realidade, tecnologias de normalização (MISKOLCI, 2016), não se pode ignorar que deve haver uma coalizão entre os feminismos e a teoria *queer*, não porque se acredite que as reivindicações de um grupo devam ser suprimidas pela existência teórica do outro, mas sim porque há o desejo de buscar espaços nos quais as formas de existência que não compactuem com o hegemônico possam florescer. Deve-se, portanto, reconhecer as limitações de enquadramento de cada teoria e questionar como ambas, em seus limites e tensões, fornecem respostas para a pergunta: quais vidas podem ser reconhecidas? (BUTLER, 2015b) Será que os enquadramentos *queer* e/ou feministas têm possibilitado pensar em como as tecnologias de normalização oprimem sujeitos? Não há como concordar que apenas os enquadramentos de uma teoria ou outra sejam válidos ou importantes, afinal, a opressão não surge de um lugar único de poder, como Audre Lorde sinaliza ao afirmar saber que não pode

se dar o luxo de lutar contra uma única forma de opressão. Não tenho como achar que estar livre da intolerância é direito de apenas um grupo específico. E não tenho como escolher em que frente vou lutar contra essas forças discriminatórias, independente de que lado elas estejam vindo para me derrubar (2019, p. 236).

As tecnologias de normalização operam e reafirmam constantemente quais tipos de sujeitos podem existir em sociedade. Grupos considerados minoritários, como mulheres, sujeitos negros, sujeitos LGBTQ+, entre outros, têm sido constantes alvos de projetos de invisibilização em diferentes sociedades com retiradas de direitos e leis opressivas. Nessa discussão surgem temas como raça, classe, sexualidade e gênero, sendo os dois últimos conceitos partes da investigação a ser realizada aqui.

A teórica estadunidense Gayle Rubin traça uma linha divisória que parece servir aos estudiosos de gênero e sexualidade. Em seu ensaio “Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade”, originalmente apresentado na década de 1980, Rubin questiona se o feminismo deveria ser o lugar para uma teoria da sexualidade. Segundo a pesquisadora, “[o] feminismo é a teoria da opressão de gênero. Supor automaticamente que isso faz com que ele seja a teoria da opressão sexual é deixar de distinguir gênero, de um lado, e desejo erótico, de outro.” (RUBIN, 2017, p. 123) Embora tal divisão nem sempre fique clara diante das investigações multifacetadas de cada arcabouço teórico, as palavras de Rubin nos anos 1980 indicam que uma preocupação com gênero, sexo e sexualidade demandam atenções distintas, especialmente porque são arenas distintas de práticas sociais, mas que são constantemente atravessadas umas pelas outras. Reconhecer, como Rubin propõe, que os feminismos sejam os espaços para as teorizações de gênero não necessariamente implicam que as sexualidades não sejam abordadas e, da mesma forma, as teorizações sobre sexualidade, aqui vistas a partir da teoria *queer*, não podem se desenvolver sem considerar as discussões sobre gênero.

Resulta desse conhecimento, portanto, um dilema dos interstícios que não há simples resolução. Falar de gênero e sexualidade são, de maneiras distintas, tarefas de ambos os lugares teóricas.

Falar sobre gênero na contemporaneidade inevitavelmente traz à tona a discussão de performatividade proposta por Judith Butler (2015a). Para a teórica, nossos atos estão constantemente reafirmando as nossas produções de identidades. Dessa forma, não se é mulher apenas por ter nascido, mas ser mulher é efeito de discursos que afirmam e reafirmam a construção de uma identidade de mulher. Butler (2015a) contrasta a existência de um sujeito prévio na performance *drag* com a ausência de um na forma como atuamos na sociedade. Se há uma consciência prévia ao sujeito que performa como *drag*, não há uma consciência, um sujeito formado em si, anterior ao que gênero que estamos fazendo e criando enquanto vivemos.² É o gênero que “constrói a ficção social da sua própria psicologia interior.” (BUTLER, 2019, p. 225) Em suma, para Butler (2019, p. 218), “os corpos são transformados em gêneros por uma série de atos que são renovados, revisados e consolidados através do tempo.”

O que Butler indica é que discutir gênero e sexo como entidades separadas é, na realidade, uma falha do discurso porque ambos seriam a mesma coisa, a mesma produção discursiva. Assim, as noções de que homens seriam naturalmente mais propícios ao trabalho intelectual e as mulheres, ao trabalho doméstico e à maternidade, são falácias construídas e repetidas com o intuito de manter uma aparente ordem social que, na visão feminista e *queer*, seria a estrutura hegemônica que sufoca, impede e silencia sujeitos cujas existências destoam dessa normativa. O pensamento de Butler desconstrói a noção essencialista de coerência que alguns estudos feministas estabeleciam entre o conceito de mulher e a biologia.

O que se produziu na esteira do pensamento butleriano é uma discussão que, por vezes, pode parecer infrutífera no sentido de querer estabelecer fronteiras entre o pensamento feminista e *queer*. Em *Feminism is Queer*, Mimi Marinucci (2010) escreve sobre esses embates e afirma que, embora o seu projeto não seja novo ao singularizar as tensões, é possível reconhecer as contribuições de cada área e trabalhar com os conceitos para expandir e repensar as formulações. Para a autora, é importante que uma leitura *queer* das formulações feministas seja feita assim como uma leitura feminista das formulações *queer*. Dessa forma, notar-se-ia que o foco da teoria *queer*, em sua indefinibilidade, não seria apenas sexo e sexualidade, mas também gênero – e por consequência, os feminismos poderiam também repensar o que se construiu acerca das temáticas.

Teóricas influencias como Linda Garber (2001) e Bonnie Zimmermann (1995) já teceram críticas sobre o apagamento das pesquisas lésbicas no mundo acadêmico como efeito do surgimento da teoria *queer*. Ambas sugerem que a preocupação excessiva da teoria *queer* com elementos pós-estruturalistas ignora a agenda política de representação advinda das pautas lésbicas feministas. Como Marinucci (2010) afirma: assim como há

² Embora críticas ao modelo de Butler possam e devam questionar de que formas sujeitos *drag* não estão também cindidos na sua performance, não é esta a proposta deste trabalho.

alguns tipos de preconceitos contra lésbicas, gays e sujeitos transgêneros em algumas teorizações feministas, também há preconceitos e concepções errôneas sobre os feminismos nas teorizações *queer*. O que surge, no entanto, como uma demanda é localizar de que formas tais discussões político-teóricas podem se beneficiar da recusa de localizar uma única forma ou mesmo uma única verdade.

Gayle Rubin (2016) reconhece essa tensão ao narrar a sua trajetória acadêmica no ensaio “Geologia dos estudos *queer*: um déjà vu mais uma vez”. Nele, a teórica afirma que consegue ler, hoje, o seu desejo juvenil de encontrar referências acadêmicas sobre a lesbianidade na graduação de uma maneira distinta. À luz de contribuições teóricas novas, Rubin metaforiza os estudos *queer* como uma prática geológica de escavação, porque o terreno é marcado pela amnésia, uma busca constante pelo novo e o esquecimento de enquadrar a história dos estudos *queer* como saberes ligados (e não apenas devedores) aos outros campos científicos.

É esse o sentido dos saberes queer em camadas sedimentadas, que busquei transmitir com o título de minha palestra esta noite. No registro geológico, certos estratos são ricos em fósseis; em parte, devido às condições que produzem formas exuberantes de vida, e, em parte, por causa das condições que favorecem a sua preservação em forma fóssil. De maneira similar, parece haver períodos nos quais certas condições sociais e políticas favoreceram a abundante proliferação de saberes queer, enquanto outras condições, por sua vez, ditam a sua preservação ou destruição. E depende das gerações que se sucedem assegurar que essas formações sedimentares sejam identificadas, escavadas, catalogadas e utilizadas para produzir novos saberes. (RUBIN, 2016, p. 122)

A produção de novos saberes e a exploração geológica de conhecimentos anteriores são dois lados da mesma moeda. Não se pode pensar que a produção *queer* exista sem o feminismo e, da mesma forma, não se pode pensar em avanços teóricos feministas sem considerar as contribuições da teoria *queer*. Pensar gênero, sexo e sexualidades como temas atravessados por outros eixos, como raça e classe, é uma tarefa cada vez mais rica e desafiadora que grupos de pesquisa têm pautado. Se há algo que se deve reconhecer é que a desconstrução da hierarquia, que tanto as pautas feministas quanto as *queer* buscam, não é possível a partir de uma simples inversão das pontas. É preciso que essas pontas sejam invertidas e deslocadas tal qual Carla Rodrigues sugere:

Deslocar-se é, antes de mais nada, não se fixar a identidades. Assim, (...) quando esse movimento de deslocamento se completa, não é em direção a um novo conceito ou a conceitos com novas identidades, mas a um “multiplicar de identidades”, o que de fato interessa à desconstrução. A desconstrução, para manter-se fiel à tarefa que se propõe, não poderia se agenciar a nenhum tipo de identidade fixa. Nem pode estar a serviço de disputas políticas pela busca ou pela imposição de uma verdade (2009, p. 34).

Desse modo, desconstruir os saberes é encontrar de que maneiras há interstícios que permitam diálogos e não se fixar a estruturas que podem reproduzir a própria hierarquia que se critica. Assim, tanto os feminismos quanto a teoria *queer*, em suas escolhas de objetos de investigação, podem e devem sinalizar que há tensões e torções, mas também possibilidades de interação com o intuito de preparar terrenos para que vidas não-hegemônicas possam também ser plenamente reconhecidas.

Pensando a partir dos espaços nos quais a teoria *queer* e os feminismos possam dialogar, proponho ilustrar como *Rubyfruit Jungle*, de Rita Mae Brown, pode ser lido para além da categorização de romance lésbico, significando uma preocupação com movimentos de deslocamentos identitários e destacando o sintoma de uma raiz *queer* já então latente.

Dentro da selva de frutos de rubi: analisando *Rubyfruit Jungle*

Rubyfruit Jungle foi publicado em 1973 e rapidamente se tornou popular, seja pela sua abordagem sobre a sexualidade feminina, seja pela sua empolgante narrativa de independência. Tratado por muitos leitores como um romance lésbico, *Rubyfruit Jungle* consta em listas sobre literatura produzidas por escritores e escritoras LGBTQ+ e ainda rende discussões em clubes de livros e setores acadêmicos. O livro narra a história de Molly Bolt, uma jovem adotada que, ao explorar a sua sexualidade, é expulsa de casa e se muda para Nova York. A trajetória de Molly pode parecer clichê e comum, porém o que cativa leitores e leitoras há mais de 45 anos é o desejo de Molly de se tornar uma pessoa independente e que permite a exploração da sexualidade como um tema crucial para o seu crescimento como sujeito político.

Dividido em quatro seções, a narrativa inicia descrevendo a infância de Molly, na qual, além de brincar com seu primo Leroy, ela também descobre que beijar Leota, uma colega, é algo que suscita emoções específicas. Ao se mudar da zona rural da Pensilvânia para o estado da Flórida, Molly inicia outra etapa na qual percebe que, para conseguir alcançar seus objetivos de se tornar alguém diferente de seus familiares e conhecidos, ela precisa garantir seu futuro na universidade. Após conseguir uma bolsa na Universidade da Flórida, mais uma vez se muda, porém agora está sozinha. Molly descobre o mundo *underground* lésbico e se envolve com sua colega de quarto, Faye. Quando a relação é descoberta pelos pais de Faye, estes a retiram da universidade para internação compulsória para se curar de sua “doença”, enquanto Molly perde a bolsa e precisa abandonar os estudos. O retorno ao lar de seus pais se torna um divisor de águas quando sua mãe, Carrie, se recusa a aceitá-la e Molly acaba expulsa também de casa.

A busca pela independência leva Molly à Nova York, onde ela vive nas ruas até conseguir dinheiro para alugar um apartamento, velho e problemático. Ali em Nova York, que Molly descreve como “*a branch of hell*”, ela se recusa a desistir de seu sonho de se tornar uma diretora de filmes. Entre amores e desencontros, violência urbana e noites em claro, Molly encontra trabalho para conseguir sustentar seus estudos na universidade. É a

única mulher cursando Cinema e se torna alvo de comentários críticos de seus colegas homens. *Rubyfruit Jungle* se encerra com Molly gravando um documentário sobre sua mãe como trabalho final e tentando fazer as pazes com o seu passado – com sua mãe adotiva e com a história de sua família biológica.

Podendo ser lido como um *Künstlerroman*, *Rubyfruit Jungle* traz à tona questões fundamentais para a discussão dos interstícios da teoria *queer* e dos feminismos. Embora rechaçado por importantes críticos *queer*, como David Halperin, a obra mais famosa de Brown se torna um espaço nos quais as tensões previamente mencionadas surgem como elementos de uma política que não se assume. Gênero, sexo e sexualidade são tematizados a partir das experiências de Molly e revelam os desafios de ser uma mulher lésbica na década de 1960.

Rita Mae Brown, no prefácio da edição comemorativa de 2015, argumenta que a noção de assumir uma definição de si elaborada por outros é ser parte do sistema de opressão. A escritora reconhece que há valor quando as pessoas que assumiram tais definições de identidade se juntam para questionar o sistema que as oprime, porém que isso as mantém no lugar de vítimas (BROWN, 2015, p. XIV). Indago desde já: há alguma forma de atuar politicamente sem estar vinculado ao sistema de opressão? Haveria alguma possibilidade de contestação do sistema caso não estivéssemos inseridos nele? Tais indagações sobre a posição política de Brown revelam que há mais questões em jogo nessa posição da autora que não são necessariamente elementos que considero que interfiram no romance, porém que merecem atenção na discussão.

Uma das questões que sublinho é a compreensão de que um sistema de opressão opera de maneiras distintas para manter determinadas estruturas no lugar. A possibilidade de nomear-se é um ato político que não deve ser deixado de lado pelo temor a algum tipo de represália homogeneizante do sistema, afinal, ele já assim opera. Outra questão que surge é lembrar que determinadas posições políticas são necessidades de afirmação de representação, tal qual Gayatri Spivak (1990) discute ao tematizar o essencialismo estratégico. As definições podem ser formas de opressão, mas cabe aqui à arte se apropriar desses espaços de ofensa e torná-los uma possibilidade de celebração da diferença. (WOODWARD, 2014) Ignorar o sistema que oprime por apenas recusar a nomeação pode ser também um jogo perigoso na desconstrução de identidades.

Em “Não existe hierarquia de opressão”, Audre Lorde afirma suas posições na sociedade como mulher, negra, lésbica, feminista, socialista, poetisa, mãe e parte de relação interracial:

Por estar em todos esses grupos, aprendi que a opressão e a intolerância com o diferente existem em diversas formas, tamanhos, cores e sexualidades; e que, dentre aqueles de nós que têm o mesmo objetivo de libertação e de um futuro possível para as nossas crianças, não pode existir uma hierarquia de opressão. (LORDE, 2019, p. 235)

Em outras palavras, reconhecer o sistema de opressão e buscar desmantelá-lo não é o mesmo que ser vítima, afinal, há diferentes opressões operando ao mesmo tempo. A noção de vítima pode desagenciar o sujeito e torná-lo vulnerável ao jogo

sistêmico de silenciamento, logo acredito ser vital que se reconheça que diferentes opressões estão em jogo. Há de se reconhecer que, lendo os escritos de Lorde, por exemplo, que sua identificação com a luta antirracista é parte de sua noção de pertencimento ao movimento negro, enquanto que sua luta feminista advém das suas negociações como sujeito feminino. O que acontece, no entanto, quando a opressão é elemento da relação com homem negro ou na relação com mulheres brancas. São essas questões, que não busco aqui responder, que surgem na discussão de vítima que Brown levanta no prefácio. Nesse ponto questiono como apenas um fazer teórico isolado de outros pode ser menos produtivo e até mesmo reducionista ao ignorar como os sujeitos são atravessados e interpelados por vários fatores.

A protagonista Molly Bolt se recusa em diversos momentos no romance a se adequar ao que era esperado das mulheres. Ao recusar as demandas de se casar, ter filhos e se tornar uma dona de casa, Molly reitera determinados aspectos do feminismo da segunda onda e, sem dúvidas, questiona os papéis de gênero. Contudo, há uma recusa maior quando ela desafia não só tais papéis, mas principalmente a estabilidade de determinados termos:

“– Do you think you’re a queer?”

“– Oh great, you too. So now I wear this label ‘Queer’ emblazoned across my chest. Or I could always carve a scarlet ‘L’ on my forehead. Why does everyone have to put you in a box and nail the lid on it? I don’t know what I am – polymorphous and perverse. Shit. I don’t even know if I’m white. I’m me. That’s all I am and all I want to be. Do I have to be something?” (BROWN, 2015, p. 95)³

“– No, we just love each other, that’s all. Lesbians look like men and are ugly. We’re not like that.”

“– We don’t look like men, but when women make love it’s commonly labeled lesbianism so you’d better learn not to cringe when you hear the word.”

“– Have you ever done that before?”

“– When I was in sixth grade but that was about seven centuries ago. Did you?” (BROWN, 2015, p. 92)⁴

Em ambos os diálogos Molly está falando com duas amigas do Ensino Médio com quem formava um trio inseparável. No primeiro ela discute com Connie, que descobre sobre seus encontros sexuais com Carolyn, a amiga do segundo extrato. O que ambos os

³ – Você acha que é sapatão?

– Oh, que ótimo, você também! Então agora eu devo usar esse rótulo de “Sapatão” gravado no peito. Ou podia também marcar na testa um “L” vermelho. Por que todo mundo tem que pôr a gente numa caixa e pregar a tampa? Eu não sei o que sou... poliforme e perversa. Merda. Nem sei se sou branca. É tudo o que sou e tudo o que quero ser. Você tem de ser alguma coisa? (BROWN, 1983, p. 99)

⁴ – Não, nós nos amamos, é só isso. Lésbicas parecem homens e são feias. Nós não somos assim.

– Nós não parecemos homens, mas quando duas mulheres fazem amor isso é comumente chamado de lesbianismo. Portanto, é melhor você aprender a não se encolher quando ouvir esta palavra.

– Você já fez isso antes?

– Quando estava no sexto ano, mas isso faz séculos. Você já? (BROWN, 1983, p. 97)

diálogos trazem é uma Molly buscando negociar a sua identidade no início dos anos 1960 enquanto a sociedade tratava gays e lésbicas como indivíduos doentes e abjetos. Nas duas conversas Molly questiona a necessidade de determinados rótulos para fazer com que suas relações afetivas sejam compreendidas socialmente e ecoam a preocupação da autora com a problemática das identificações. Há também uma preocupação de Molly e suas amigas, o temor de que sejam lidas socialmente como “sapatões”, o termo escolhido na tradução por melhor se adequar às ideias ofensivas do termo “*queer*”. De certa forma, a escolha pela indefinibilidade é uma recusa em aceitar as ofensas impostas pela sociedade.

Antes mesmo da formação do corpus teórico da teoria *queer*, Molly Bolt já apresentava uma interessante recusa que caracteriza, de alguma forma, a teoria *queer*. Devo, contudo, chamar atenção para o fato de que a recusa não pode ser lida de maneira inocente ou rebelde: recusar uma identidade definida pelos opressores é um ato político, mas, conforme William Conley Harris (2009) aponta em *Queer Externalities*, uma identidade sem uma política é apenas uma forma de ludibriar a audiência a pensar que é possível fazer políticas a partir de identificações que não se querem representativas.

Harris (2009) sugere que parte do que atrai leitores e leitoras em *Rubyfruit Jungle* é a jornada em busca de independência de Molly Bolt e que suas discussões sexuais são elementos que alimentam a noção de que uma utopia *queer* seria possível. Não se pode perder de vista que o tratado anti-identitário que *Rubyfruit Jungle* tematiza é uma preocupação *queer* ainda atual, especialmente ao questionar de que formas sujeitos LGBTQ+ – e até mesmo aqueles ramos do *queer* que não se centram apenas na sexualidade para tratar a diferença e o “estranho” – não deveriam se pautar pelas construções heteronormativas para produzir suas vidas. Todavia, uma recusa que não implique a elaboração de novas possibilidades apenas repetiria o erro da heteronormatividade ao privilegiar a homonormatividade que, segundo Lisa Duggan (2003), é uma política que não contesta noções e instituições heteronormativas dominantes e que, pelo contrário, as sustenta e mantém enquanto sinaliza que é possível uma cultura gay desmobilizada. Para Duggan (2003), existe uma minoria que se apropria de conceitos e aspectos do movimento gay e lésbico a partir das construções heteronormativas e que são privilegiados com o reconhecimento do Estado, formando uma minoria a ser prestigiada. Se não há então uma desconstrução das definições opressoras e, conseqüentemente, uma reconstrução dos limites para uma política LGBTQ+, o que resulta é um espaço apolítico cuja representatividade e representação se tornam tarefas impossíveis de se realizar sem as coalizões.

É necessário, portanto, reconhecer que a jornada de Molly Bolt e a recusa em se identificar com uma identidade é parte do movimento desterritorializante no qual a protagonista, em sua jornada pela independência, é confrontada com distintas formas de opressão que requerem que ela assuma posições diferentes para alcançar seu objetivo final – de se tornar o que deseja. Não há desterritorialização sem um subsequente processo de reterritorialização: as mudanças que Molly atravessa e as adversidades encontradas a forçam a, em momentos, aceitar e recusar as identidades temporárias que melhor lhe servem politicamente. Recusar o rótulo de lésbica em determinado momento é questionar como a sociedade essencializa(ou) as mulheres que se relacionam com outras

mulheres como *apenas* masculinas. Em outro momento, ao dialogar sobre o sentido de ser lésbica, Molly permite que as percepções sociais sejam desconstruídas em suas relações, justamente porque ela demonstra que existem formas distintas de ser mulher e lésbica. Gênero, sexo e sexualidade operam em conjunto nesses momentos e permitem que o crescimento de Molly seja também uma leitura das identidades como temporárias.

O contraditório em *Rubyfruit Jungle* é justamente que, enquanto o *ethos* apolítico (HARRIS, 2009) seduz leitores e leitoras, o romance também inicia discussões sobre as dificuldades de mulheres ao lidar com a sociedade heteronormativa. No início da obra, Molly brinca de médico com Leroy e uma vizinha, Cheryl. Esta é uma menina que segue os padrões femininos esperados e se torna um modelo que Carrie, mãe de Molly, espera que a filha siga. Contudo, durante a brincadeira, Cheryl insiste que Molly não poderia jamais ser a médica porque ela era uma menina: “You’ll see. You think you can do what boys do but you’re going to be a nurse, no two ways about it. It doesn’t matter about brains, brains don’t count. What counts is whether you’re a boy or a girl.” (BROWN, 2015, p. 28)⁵ Incapaz de responder por ausência de termos, Molly a agride e é punida pela mãe.

O que surge como tema desde a infância é a limitação da mulher. Molly não poderia ser médica, não poderia ser presidente do conselho estudantil e não poderia pensar em sonhar com espaços tradicionalmente masculinos, como os estudos de Direito ou Cinema. Tais demandas dialogam com as demandas feministas, especialmente aquelas da segunda onda após os anos 1960 e são parte integral de uma leitura feminista de *Rubyfruit Jungle*. Entretanto, o romance também questiona a conformação de sujeitos masculinos dentro do paradigma heteronormativo, ampliando a concepção do termo gênero para além da comum associação com estudos apenas sobre mulheres.

Leroy, primo de Molly, é uma peça fundamental na infância e adolescência da protagonista. É a partir da relação deles que os conceitos de masculino e feminino são inicialmente discutidos, enfatizando, ainda, como a sexualidade de Leroy é engolfada pelos discursos heteronormativos.

Após a mudança para a Flórida, Leroy chama Molly de *queer* – lembrando a origem ofensiva do termo para sujeitos homoeroticamente orientados – e ressalta que as atitudes e os comportamentos de Molly não são naturais. Ao ser ameaçado por Molly, Leroy explica a origem de sua insegurança e necessidade de afirmar a existência do Outro para poder buscar uma fixidez em uma identidade: “I dunno. I like you the way you are, but then I get confused. If you’re doing what you please, out there riding around on motorcycles, then what am I supposed to do? I mean how do I know how to act if you act the same way?” (BROWN, 2015, p. 56)⁶

Leroy está confuso porque Molly destoa dos papéis de gênero com os quais ele está acostumado a lidar e relata que seus questionamentos advêm da violência de

⁵ “Você verá. Acha que pode fazer o que os meninos fazem, mas vai ser enfermeira, não há outra saída. Não interessa ter boa cabeça, boa cabeça não conta. O que conta é o fato de você ser menino ou menina.” (BROWN, 1983, p. 33)

⁶ “Não sei. Gosto de você como você é, mas depois fico confuso. Se fizer o que quer, guiando motocicletas por aí, o que é que eu devo fazer? Quer dizer, como é que vou saber como agir, se você age da mesma forma?” (BROWN, 1983, p. 62)

normalização que percebe na escola. Ele chama atenção para o fato de que um colega de classe que gosta de estudar é tratado de forma violenta e que, para fugir de tais práticas, ele se junta ao grupo que fuma, xinga e desmancha carros. O conflito de Leroy se torna ainda mais evidente de uma discussão *queer* quando ele, sentindo confiança no laço afetivo com Molly, revela que recentemente se envolveu sexualmente com um rapaz mais velho que todos admiram na região pelas características masculinas – músculos, voz grave, motos, todos símbolos da masculinidade estereotípica.

Mesmo admitindo que gostou do sexo oral com outro homem, Leroy insiste no seu temor de ser descoberto e que sua família o mataria. A confusão de Leroy se torna ainda mais significativa quando Molly argumenta que pelo menos Craig, o homem sobre quem Leroy fala, parece se importar com seu primo ao tentar se fazer presente no dia a dia, ao que Leroy responde: “Yeah, but it makes me feel funny inside. Sometimes when I hear songs on the radio, I think that’s how I feel about Craig. That scares me a lot more than getting sucked off. What if I’m in love with him for Chris’ sake? Have you ever loved anybody?” (BROWN, 2015, p. 60)⁷ A noção de sentir algo engraçado por dentro – *feel funny inside* – realça a forma como tanto Molly quanto Leroy percebem que o que eles aprendem com as instituições e discursos ao redor são, na realidade, construções discursivas que não dão conta de todas as formas de existir que eles conhecem.

A incapacidade de lidar com a sexualidade e a necessidade de se adequar ao mundo heteronormativo levam Leroy, anos mais tarde, a se casar e ter filhos. O retorno de Molly para gravar o documentário sobre sua mãe a faz reencontrar Leroy e, enquanto conversam sobre as mudanças na vida de ambos, ele ressalta que sua vida parece não ter sentido às vezes: “It gets boring, you know? I think someday I’m gonna walk off the job and go down to Bahia Mar and get me a job as a crew member on a fat private yacht and sail around the world. Maybe someday I’ll do that.” (BROWN, 2015, p. 209)⁸ Embora esse seja o único trecho no qual Leroy explicitamente trata de sua infelicidade com o rumo que tomou sua vida, acredito que não se possa perder de vista a oportunidade de ressaltar que a discussão de gênero em *Rubyfruit Jungle* não é apenas sobre as construções heteronormativas e seus efeitos sobre as mulheres, mas também sobre como falar de gênero também é buscar as formas de opressão sobre os sujeitos masculinos. Aqui se revela um importante interstício entre a teoria *queer* e os feminismos: falar sobre gêneros e sexualidades a partir de diferentes perspectivas e enriquecer as formas como a obra é lida e interpretada. A pergunta sobre os outros futuros de Leroy paira no ar: será que Leroy não teria sido feliz caso tivesse aceitado se relacionar com Craig?

As formas pelas quais *Rubyfruit Jungle* “estranha” os temas, a forma e o espaço crítico são indícios de sua potência enquanto elemento artístico. Como Harris (2009) afirma, *Rubyfruit Jungle* “estranha” a forma do *Bildungsroman* ao se apropriar do gênero

⁷ “É, mas me faz sentir estranho por dentro. Às vezes, quando ouço música no rádio, penso que é assim que me sinto em relação a Craig. Isso me assusta mais do que ser chupado. E se eu estiver apaixonado por ele? Deus me livre. Você já se apaixonou por alguém?” (BROWN, 1983, p.65-66)

⁸ “Fica monótono, sabia? Eu às vezes penso em deixar o emprego e ir para Bahia Mar, para me oferecer como membro da tripulação de um iate particular grande e viajar o mundo todo. Talvez um dia eu faça isso.” (BROWN, 1983, p. 208)

para apresentar a possibilidade de desenvolvimento de uma protagonista que se envolve com homens e mulheres e que alcança parte de seus sonhos sem terminar a história. Por outro lado, o *queer* do romance precisa também ser questionado em sua produção política: *Rubyfruit Jungle* não explora a existência de outras culturas *queer* em Nova York, destacando apenas os circuitos de mulheres lésbicas. A ausência de outros sujeitos, no entanto, não desmerece a crítica que Brown traça do próprio movimento feminista, enquanto também, consciente ou não, elabora uma obra fundamental para o movimento. Quando Molly é cortejada por Chryssa, uma mulher influente e com recursos financeiros, ela percebe que, embora esteja se relacionando com mulheres, as formas de representação e os comportamentos são ainda heteronormativos e, no caso de Chryssa, repetições da hierarquia masculina:

I'd take anything she gave me then, but she don't give a flying fuck about me. She buys me the way she goes and buys a winter coat or a Gucci handbag. I'm a piece of meat. Damn, I go walking down the street and the men look at me like a walking sperm receptacle. I walk into a party and this buzzard sees flesh. She's no different from a construction worker, she's just got class and bread, that's all. (BROWN, 2015, p. 150)⁹

O que cruza a mente de Molly é deveras uma reflexão sobre a problemática da inversão sem deslocamento (RODRIGUES, 2009), uma mudança nas pessoas que estão assegurando que, por distintos meios de operar o poder, a opressão segue em seu lugar estável. A atitude de Chryssa ao tentar comprar Molly com seu dinheiro exemplifica como a preocupação de assegurar espaços aos grupos LGBTQ+ não significa o mesmo que assegurar que as opressões estejam encerradas. Pelo contrário, de modos distintos, as formas de opressão podem seguir, tão violentas e até mais insidiosas que antes, operando para sufocar e silenciar ainda mais os sujeitos que buscam desconstruir o sistema. Chryssa objetifica Molly da mesma forma que os homens o fazem e a protagonista se ressentida desse fato.

Outra cena emblemática sobre o funcionamento da heteronormatividade no romance é o confronto entre Molly e a reitora de sua universidade antes da expulsão da protagonista. Após a sua relação com Faye ter sido descoberta, Molly é interrogada pela reitora, que questiona se a jovem aluna não teria outras aspirações para sua vida, afinal, nas palavras da reitora, relacionar-se com mulheres seria uma aberração:

“– Don't you find that somewhat of an aberration? Doesn't this disturb you my dear? After all, it's not normal.”

“– I know it's not normal for people in this world to be happy, and I'm happy”

“– H-m-m. Perhaps there are things hidden in your past, secrets in your unconscious that keep you from having a healthy relationship with member

⁹ “Eu aceitaria qualquer coisa que ela me desse, mas ela não liga porra nenhuma para mim. Vai me comprar como quem compra um casaco de inverno ou uma bolsa Gucci. Sou um pedaço de carne. Que merda, ando pela rua e os homens me olham como se eu fosse um receptáculo de esperma ambulante. Entro numa festa e essa louca vê carne em mim. Ela não é diferente de um operário de obra, só que tem classe e comida, só isso.” (BROWN, 1983, p. 153)

of the opposite sex. (...) Haven't you ever thought about children, Molly?" (BROWN, 2015, p. 113)¹⁰

As palavras da reitora indicam uma preocupação séria com a relação de Molly com Faye. Ela questiona sobre a sensação de aberração que tal relação suscita, porém não esperava que a resposta de Molly pudesse deslocar a conversa: Molly indica que a própria reitora é lésbica, não possui filhos e mantém uma relação secreta com outra docente do campus. A expulsão de Molly é, portanto, resultado do confronto dela com a reitora que, ciente do preconceito no ambiente de trabalho, temia também pela sua situação. Nota-se aqui que a reitora buscou se “normalizar” para sobreviver e que, temendo pela própria pele, prefere que Molly seja expulsa para que sua vida no armário possa seguir sem riscos. Em contrapartida, Molly se recusa a viver escondida e sofre as consequências dos grupos heteronormativos.

A expulsão de Molly revela mais que apenas a sexualidade da protagonista; ela revela as formas de exclusão e silenciamento de sujeitos LGBTQ+. De maneira semelhante ao caso de Leroy, uma pergunta paira: como teria sido a vida de Molly Bolt caso a reitora tivesse optado pela defesa da estudante? A presença de outros sujeitos LGBTQ+ em posições de poder poderia ter sido decisiva na vida de Molly e a teria poupado de tempos de sofrimento nas ruas nova-iorquinas.

Críticas ao *queer* e aos feminismos em *Rubyfruit Jungle* também podem partir das construções heteronormativas que o romance perpetua. Conforme o filósofo Paul B. Preciado (2019, p. 422) afirma, “o pensamento *straight* assegura o lugar estrutural entre a produção da identidade de gênero e a produção de certos órgãos como órgãos sexuais e reprodutores”. É necessário que as leituras *queer* desterritorializem essa “coerência” entre órgãos reprodutores e a identidade de sujeitos. *Rubyfruit Jungle* destaca constantemente a boca, o pênis, os seios e a vagina como os locais possíveis de prazer. A situação histórica do romance, escrito em 1971 e publicado em 1973, pode ter limitado a sua exploração de tais temas, porém, de alguma forma subversiva para a época, o título é simbólico dessa tensão entre o territorializar o prazer e reconhecer a impossibilidade de ir além.

Ao ser questionada por Polina, uma das mulheres heterossexuais com quem se relaciona, se teria uma fantasia sexual, Molly afirma que não possui nenhuma. Após pensar um pouco, Molly diz que, ao transar com mulheres, ela gosta de pensar a vagina como uma selva de frutos de rubis – *rubyfruit jungle* – porque as mulheres seriam densas, nutritivas, cheias de tesouros escondidos e teriam ainda um sabor bom: “Yeah, women are thick and rich and full of hidden treasures and besides that, they taste good.” (BROWN, 2015, p. 182)¹¹ Polina diz que essa descrição não é uma fantasia e Molly também se indaga sobre as fantasias de sua parceira. É interessante pensar que o prazer

¹⁰ – Você não acha isso um tanto chocante? Isso não a perturba, minha querida? Afinal de contas, não é normal.

– Sei que não é normal que as pessoas deste mundo sejam felizes e eu estou feliz.

– Hã. Talvez haja coisas ocultas no seu passado, segredos em seu inconsciente que não a deixam ter um relacionamento saudável com membros do sexo oposto. (...) Você nunca pensou em ter filhos, Molly?” (BROWN, 1983, p. 117)

¹¹ “É, as mulheres são densas e ricas e cheias de tesouros ocultos; além do mais, têm um gosto bom.” (BROWN, 1983, p. 182)

sexual de Molly é no presente e na ação e não como fuga de sua cabeça para lidar com o sexo, tal qual Polina faz com uma fantasia sobre ser um homem e ter um pênis. A “fantasia” de Molly sobre a vagina pode ser lida como uma perpetuação do órgão reprodutor como o lugar seguro de identidades de gênero, porém também é importante que se veja o contraditório e subversivo ato de desterritorializar aquela área a partir de uma leitura diferente: saborear a selva de frutos de rubi é um ato político uma vez que falar sobre vaginas, à época, ainda era um desafio artístico. Há ali uma tentativa, falha talvez, de discutir a desterritorialização da vagina na relação lésbica como contestação dos grupos feministas que excluía e invisibilizavam as mulheres lésbicas.

Acredito que, contrastando com a fantasia fálica que Polina possui, a fantasia de Molly é uma exploração subversiva de temas à época ainda controversos, em especial a lesbianidade. Poucos romances poderiam explicitamente tratar da homossexualidade como *Rubyfruit Jungle* e conseguir atingir uma parcela da população como a estreia de Rita Mae Brown conseguiu. Dessa forma, leio a expressão sobre a selva de frutos de rubi como uma tentativa de dizer aquilo que era ainda impossível naquele momento, embora hoje possamos ler a sexualidade expressa única e exclusivamente pelos órgãos reprodutores, como uma problemática heterossexista.

Considerações finais

Rubyfruit Jungle traz à tona elementos extremamente complementares, contraditórios e controversos, tanto para os feminismos quanto para a teoria *queer*. O romance explora as contradições inerentes ao sujeito, em especial destacando a possibilidade de agenciamento de uma mulher que destoa das formas hegemônicas de existência. Contudo, as expressões de Molly Bolt anunciam, já nos anos 1970, preocupações que só seriam teorizadas com mais atenção a partir dos estudos *queer*.

Ler *Rubyfruit Jungle* no século XXI é notar que, entre cenas sérias e tristes, o crescimento de Molly Brown ainda pode seduzir leitores e leitoras a partir de suas negociações de identidade. Molly representa, ainda, um grupo de sujeitos políticos que buscam negociar suas representações a partir das interseções entre gênero, sexo, sexualidade e identidades. Os questionamentos que *Rubyfruit Jungle* ainda suscita na contemporaneidade indicam o valor inesgotável da obra e sua complexidade de detalhes, permitindo refletir sobre as construções teóricas dos conceitos previamente citados.

Para concluir, há de se sublinhar como os terrenos dos estudos feministas e *queer* são férteis para ainda expandir teorizações e sinalizar a importância política dos campos. Sem criar hierarquias, acredito que estudos que se nutram de ambas as teorias podem representar novos e instigantes caminhos, tanto nos cenários acadêmicos e escolares quanto nos espaços de ativismo. Em tempos de perdas de direitos e instabilidades políticas, grupos considerados minoritários podem se nutrir dos terrenos comuns para formularem coalizões e indicar práticas de resistências – tal qual Molly Bolt e sua jornada de independência.

Referências bibliográficas

- BROWN, Rita Mae. *Viva Sapata*. Tradução de Vera Maria Whately. Rio de Janeiro: Editora Record, 1983.
- BROWN, Rita Mae. *Rubyfruit Jungle*. New York: Bantam Books, 2015.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?*. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.
- BUTLER, Judith. “Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 213-230.
- DUGGAN, Lisa. *The Twilight of Equality?: Neoliberalism, cultural politics and the attack on democracy*. Boston: Beacon Press, 2003.
- GARBER, Linda. *Identity Poetics*. New York: Columbia University Press, 2001.
- HARRIS, William Conley. *Queer Externalities: Hazardous encounters in American culture*. New York: SUNY Press, 2009.
- LORDE, Audre. “Não existe hierarquia de opressão”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 235-238.
- MARINUCCI, Mimi. *Feminism is Queer: The intimate connection between queer and feminist theory*. London and New York: Zed Books, 2010.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto: UFOP, 2016.
- PRECIADO, Paul B. “Multidões queer: notas para uma política dos “anormais””. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 421-430.
- RODRIGUES, Carla. *Coreografias do Feminino*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.
- RUBIN, Gayle. Geologias dos estudos queer: um déjà vu mais uma vez. *Sociedade e Cultura* (Goiânia), volume 19, nº 2, p. 117-125, 2016. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/48676/23898>>. Acesso em 20 jun 2020.
- RUBIN, Gayle. *Políticas de Sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- SPIVAK, Gayatri. *The Post-colonial Critic: Interviews, strategies, dialogues*. New York: Routledge, 1990.
- WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. p. 7-72.

ZIMMERMAN, Bonnie (Ed.). *Professions of Desire: Lesbian and Gay Studies in Literature*. New York: Modern Language Association, 1995.

Recebido em: 23/06/2020

Aceito em: 24/06/2020

Referência eletrônica: SILVA, Ruan Nunes. “I know it’s not normal for people in this world to be happy, and I’m happy”: tensões e torções feministas e *queer* em *Rubyfruit Jungle*, de Rita Mae Brown. *Criação & Crítica*, n. 27, p., nov. 2020. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/criacaoecritica>>. Acesso em: dd mmm. aaaa.